

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

Contradições de classe nos Andes boliviano: tensões entre camponeses e indígenas?

Yan Caramel Zehuri

Resumo: Este artigo se propõe a analisar os movimentos CSUTCB (*Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*) e CONAMAQ (*Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo*) durante os governos de Evo Morales. Faremos uma breve reconstituição histórica da formação do campesinato e a sobreposição da comunidade indígena, para demonstrar que este processo fundou uma contradição no campo boliviano. Tanto CSUTCB quanto CONAMAQ compuseram uma frente única (*Pacto de Unidad*) de apoio ao governo Morales, apesar de suas diferentes concepções políticas quanto ao conceito de camponês e indígena. Em 2011, tal aliança se rompe e o CONAMAQ passa a se opor ao governo ao lado de outro movimento da região amazônica, enquanto a CSUTCB se mantém ao lado de Morales. A formação de um campesinato boliviano nos Andes estabelece as condições para uma divisão de interesses, entre os que agora criticam o governo Morales e aqueles que o apoiam.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Campesinato; Indígenas; Classes sociais.

Introdução

Muita coisa já foi escrita sobre a o ressurgimento das identidades indígenas na Bolívia. Principalmente após a eleição de Evo Morales, este fenômeno contemporâneo ganha repercussão internacional pois, pela primeira vez, o país tem um presidente indígena. A posse de Morales simbolizou uma conquista dos movimentos sociais. A vitória eleitoral do MAS – IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos), em 2005, é resultado das lutas que ocorreram desde 2000, cujo ápice foi a renúncia e fuga do ex-presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, em outubro de 2003. Esta mudança é conhecida também como o fim da democracia pactada e o início de uma revolução democrática.

Estamos no 8º ano de governo Morales, de lá pra cá assistimos a acontecimentos que nos ajudam a entender a atual conjuntura do país, entre eles, a crise política (2007) que ameaçou culminar na divisão do país entre a *Media Luna*- região economicamente importante que concentra a maior parte da produção energética e industrial. – e o ocidente boliviano ou os Andes. O conteúdo racista e conservador do movimento cívico envolvido neste episódio contribuiu para manter a unidade de setores então aliados do governo, que viriam a se distanciar nos anos seguintes. Pode-se entender que o governo venceu politicamente esta disputa, mantendo a unidade do país, aprovando a nova constituição e reelegendo-se, em 2009. A direita conservadora perdeu total credibilidade frente às políticas sociais e à popularidade do governo Morales. Contudo, apesar da hegemonia política gozada pelo MAS, o governo passou por uma cisão de sua base aliada quando movimentos como CIDOB (Central indígena do Oriente Boliviano) e CONAMAQ (Conselho de Ayllus e Markas do Qullasuyo) implodiram o *Pacto de Unidad*, em finais de 2011.

Este pacto formalizava uma aliança de movimentos sociais e organizações sindicais que constituiu uma frente única de apoio ao MAS nas eleições de 2005. Também faziam parte desta aliança a CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia), principal organização de apoio ao governo, sendo, inclusive, o berço do MAS. Pretendemos explorar as questões que levaram ao fim do *Pacto de Unidad*, levando à uma distinção no seio dos movimentos sociais rurais camponeses-indígenas, dividindo também as posições diante do governo. Primeiramente, buscaremos situar historicamente estes sujeitos sociais, camponeses e indígenas, a partir da reforma agrária e do processo de formação de um campesinato na Bolívia. Trataremos aqui especialmente dos movimentos CSUTCB e CONAMAQ, ambos situados na região andina e cuja base social é do meio rural.

Em segundo lugar, iremos recorrer a análises de conjuntura que interpretam o governo Morales à luz das mudanças políticas, especialmente os conflitos que remetem às contradições de classe e aos movimentos sociais em questão. O posicionamento dos movimentos sociais CSUTCB e CONAMAQ no segundo mandato do governo do MAS é nossa referência para entender o fim do *Pacto de Unidad*. Estes movimentos possuem diferentes visões das transformações no campo e do modo de articular lutas indígenas e lutas camponesas. A CSUTCB nasce como movimento que busca associar classe e etnia, se contrapondo a aliança do campesinato aos regimes conservadores e ditatoriais

anteriores. O *katarismo* é a corrente política que expressa esta articulação classe/etnia desde os anos 70.

O CONAMAQ, por outro lado, nasce como movimento crítico ao predomínio do conceito de camponês sobre o indígena. Este reivindica a autonomia e soberania das nações indígenas. A forma sindical de organização, que remete à revolução de 1952, é criticada como expressão de um período em que a denominação “camponês” substituiu a “indígena” ou “índio”. Este movimento nasce, portanto, como um esforço por restituir a forma comunal e as tradições políticas precedentes ao sindicalismo camponês, se distinguindo da CSUTCB. O objetivo do CONAMAQ é reconstruir as nações indígenas, ainda que dentro de um “Estado Plurinacional”, por isso a demanda histórica pela Assembleia Constituinte. Esta diferença nos faz crer na importância de uma breve reconstituição histórica da formação do campesinato boliviano.

Da comunidade à pequena propriedade ou a formação do capitalismo na Bolívia

Dois episódios históricos são decisivos para entender a emergência de um campesinato de importância inquestionável no atual processo político dirigido pelo MAS. As condições que permitiram o surgimento de uma liderança camponesa e à hegemonia de seu partido tem relações importantes com desenvolvimento capitalista neste país. Isto implica uma análise sobre a transição de uma formação social pré-capitalista para outra onde predominam a propriedade privada e o trabalho assalariado. Na primeira, a extração do trabalho excedente está combinada com um tipo de propriedade comunal indígena herdado das sociedades pré-colombianas, como demonstra Tristan Platt (1982).

A substituição da forma de organização social, propriedade da terra e divisão do trabalho foi, desde o final do século XIX, pensada segundo uma concepção de desenvolvimento econômico e social que via a necessidade de extermínio da “selvageria” indígena. Segundo os liberais deste período, para desenvolver o país era preciso expropriar as comunidades e construir um “capitalismo agrário” no país, tirando ao mesmo tempo os indígenas da situação de ignorância em que estavam. Esta visão combinava um pensamento racial evolucionista com a necessidade econômica das oligarquias de realizar uma acumulação primitiva e promover o desenvolvimento capitalista no país (Platt, 1982).

O primeiro episódio decisivo neste sentido foi a realização daquilo que Tristan Platt chamou de a “primeira reforma agrária”, ou a tentativa de expropriar as terras indígenas no

governo do general Malgarejo (1864-1871) e nos governos posteriores, com a *Ley de Exvinculación*, em 1874. Estas medidas levaram a revoltas indígenas que impediram a realização plena de suas intenções. Segundo Platt (1982), a propriedade comunal ainda pode ser encontrada em uma forma híbrida nos Andes bolivianos. Esta tese nos coloca diante de uma questão importante: que tensões existem entre as classes e frações de classe neste plano? Existe uma polarização entre camponeses e comunidades indígenas?

A destruição da propriedade comunal pelo processo de expansão e desenvolvimento capitalista foi explicada por Marx em *O Capital* como um processo generalizado, uma vez que o capital se internacionaliza e torna-se mundialmente dominante. Contudo, Marx esclarece que não defende uma linearidade histórica em sua correspondência com Vera Zasulich, na qual se debate o destino da comuna rural russa. Neste debate ele afirma que existe uma condição fundamental para a não extinção das comunas rurais, que seria a articulação destas com um processo revolucionário internacional. Através desta articulação as comunas rurais daquele país poderiam apoiar-se no desenvolvimento tecnológico do ocidente sem destruir suas tradições coletivistas. Este raciocínio abre a possibilidade para formas de transição ao socialismo que prescindam de etapas tidas como necessárias pelos marxistas russos naquele período.

A história boliviana mostra uma proximidade clara com este debate, uma vez que as comunidades indígenas se mostram um obstáculo para o desenvolvimento capitalista desde o final do século XIX, aproximadamente no mesmo período em que Marx escreveu sobre o caso russo. Os liberais entendiam que o Estado boliviano deveria acabar com a propriedade comunal para desenvolver a economia. Os liberais encaravam (com razão) a propriedade indígena como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista naquele país. Como Marx (1985) observa no texto "Formações econômicas pré-capitalistas", a propriedade privada e o modo de produção capitalista exige a separação dos produtores de seus meios de produção, no caso dos indígenas, principalmente da terra. Esta etapa necessária defendida no final do século XIX retorna ainda outras vezes na história boliviana, porém com novas facetas, como durante a Revolução de 1952 com o projeto nacionalista-revolucionário.

Eis o segundo momento que nos interessa. São as transformações decorrentes da Revolução de 1952, dirigida pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) de Paz Estenssoro. Entre as mudanças estão a instituição do sufrágio universal, abolição da *rosca* e nacionalização das minas. Contudo, nosso interesse aqui é a reforma agrária de 1953, que irá determinar diretamente os conflitos agrários contemporâneos. Esta reforma por sua vez

é determinada pela crescente parcela de *mestizos*, pequenos proprietários que haviam sido prejudicados pelos no final do século XIX pelas medidas contra as comunidades. Entretanto, durante a Revolução de 1952, índios e *mestizos* estiveram aliados, ao lado dos mineiros e do MNR (PERICÁS, 1997).

Esta revolução, que pode ser entendida como sendo de tipo democrático-burguesa ou democrático-nacional (PERICÁS, 1997), foi responsável pela ampliação da propriedade privada e parcelamento ainda maior das propriedades comunais. As comunidades indígenas eram concebidas pelo MNR como símbolo do atraso, o que é uma continuidade com as visões liberais do final do século XIX, que associavam a propriedade comunal ao feudalismo. O projeto nacionalista-revolucionário é responsável pela substituição do conceito de indígena pelo camponês, que era considerado sinônimo de atraso. Os próprios indígenas e suas lideranças também adotam tal denominação que se expressa na criação da CNTCB (Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia), em 1953. O projeto político do MNR procurava formar uma nacionalidade baseada na identidade mestiça, incorporava o indígena negando sua identidade e seu modo de vida.

Enquanto a primeira reforma agrária (1864-1874) atingiu tanto *metizos* quanto índios, facilitando uma aliança entre estes grupos contra as oligarquias, a segunda beneficiou pequenos proprietários e indígenas sem terra, ao mesmo tempo em que parcelou as terras comunais, o que diminuiu as condições de resistência por parte das comunidades indígenas prejudicadas (Platt, 1982). Em 1964, a CNTCB funda o *Pacto Militar-Campesino* (PMC), que foi a aliança com a ditadura do general René Barrientos em troca de favorecimentos pessoais e manutenção das conquistas da reforma agrária de 1953. O novo governo se apoiava nos camponeses e indígenas para conter o movimento operário graças à identidade entre Barrientos e as massas camponesas/indígenas (PERICÁS, 1997).

A morte de Barrientos (1969) abala o PMC, abrindo caminho para o katarismo, que vinha disputando a direção da CNTCB em oposição aos dirigentes "oficialistas". Entre 1969 e 1971, o país viveu um breve período democrático e de agitação social que logo foi esmagado por um golpe, dando sobrevida ao PMC e impedindo a ampliação da contestação katarista. Apenas em 1979 esta corrente logra fundar uma nova organização apesar do *oficialismo*, criando a CSUTCB como um braço camponês da COB (Central Obrera Boliviana). Pela primeira vez operários e camponeses eram representados pela mesma organização, quebrando o longo período de distanciamento e desconfiança entre estes setores. Em 1981, Genaro Flores, então dirigente da CSUTCB é eleito presidente da COB,

consolidando a aliança. Era a primeira e única vez que um dirigente camponês estava à frente da central.

Ofensiva do liberalismo e mudanças no eixo político

Ainda que as massas indígenas e pequenos proprietários *mestizos* tenham tido um papel de grande importância na Revolução de 52, o movimento operário associado ao sindicalismo mineiro foi a vanguarda de praticamente todas as lutas do século XX. Esta situação muda a partir de 1985, com o Decreto Supremo 25060, que marca o início das políticas liberais. A privatização das minas e demissão de milhares de mineiros teve como objetivo eliminar o setor mais combativo que era o sindicalismo mineiro, ao passo que diminuía a participação estatal na economia (IAMAMOTO, 2010).

O movimento operário resistiu ao ataque com a "Marcha Pela Vida" (1986) mas não tiveram sucesso e os centros mineiros foram desmantelados, gerando uma forte migração destes trabalhadores para as cidades, principalmente El Alto (periferia de La Paz), e para regiões *cocaleras*, onde a atividade produtiva estava em franco crescimento. A presença dos trabalhadores mineiros nos principais destinos de migração influencia o surgimento de novas formas organizativas, como é o caso do sindicalismo cocaleiro na CSUTCB e do movimento de vizinhos de El Alto, ambos com forte participação de ex-mineiros.

A formação do novo sindicalismo camponês da CSUTCB, em 1979, representou a vitória do katarismo sobre o "oficialismo" e sobre o PMC, bem como uma união entre camponeses e operários inédita desde 52. A nova organização sindical se diferenciava da antiga CNTCB na combatividade e orientação política que associava classe social e etnia, valorizando o discurso indígena e aliando-se à COB. O declínio da importância da COB, decorrente do desmantelamento do sindicalismo mineiro, coincide com o fortalecimento e crescente visibilidade política que a CSUTCB assume a partir dos anos 90. Este processo de declínio do sindicalismo mineiro, associado à Lei de Participação Popular, cria as condições para o surgimento de novos movimentos sociais, o que favorece a "ruralização da política" (ZUAZO, 2010).

Em 1992, a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) e CSUTCB convocam manifestações para protestar contra as comemorações dos 500 anos de descoberta da América. Estas marcam o ressurgimento das lutas indígenas e mudam o eixo político tradicionalmente centrado nas lutas operárias para as lutas camponesas e indígenas. A influência da CSUTCB contribuiu para a associação de demandas étnicas e

econômicas. A aprovação de legislação que reconhecia as comunidades sob a denominação de TCO's (Territórios Comunitários de Origem) e a Lei de Participação Popular citada acima ampliou a estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 1994) para que algumas comunidades indígenas, tanto do oriente como do ocidente boliviano, lutassem pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais.

Neste contexto de mudança legislativa e abertura democrática, nos anos 90, houve dois momentos fundamentais para o fortalecimento da ideologia indigenista nacionalmente. O primeiro deles foi a primeira Marcha Indígena pelo Território e Dignidade, organizada pela CIDOB em 1990 com o objetivo de que o Estado reconhecesse uma comunidade do oriente como TCO, o que acontece em 1994, fundando o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS). O segundo foi em 1992, quando várias manifestações indígenas se contrapunham à comemoração dos 500 anos de descobrimento da América. Estas últimas tiveram a participação tanto da CSUTCB como da CIDOB.

Em 1997 cria-se a CONAMAQ com o objetivo de valorizar a organização tradicional indígena, vista por este movimento como forma política incompatível com a estrutura e funcionamento do sindicalismo camponês. Ou seja, este movimento procura se constituir como uma alternativa organizativa nacional em distinção à forma predominante do sindicalismo camponês, desde a criação da CNTCB, em 1953. Como busca se diferenciar no discurso político e se destina às comunidades rurais andinas, passa a ser um desafio à hegemonia da CSUTCB na região. Segundo o CONAMAQ, o sindicalismo camponês da CSUTCB privilegia a condição de classe em detrimento da identidade étnica, o que afastava os dois movimentos no final dos anos 90. Seus objetivos são a reconstrução da estrutura de governo indígena e reconhecimento de suas tradições dentro de um estado "plurinacional" moderno.

O crescimento das regiões cocaleiras, principalmente em Cochabamba, que passou a incluir ex-mineiros a partir de 1985, como vimos acima, não evitou que os governos liberais buscassem implementar a política de erradicação da folha de coca, apoiados em acordos que envolviam financiamento dos EUA. Esta política consistia no reforço de medidas repressivas contra o narcotráfico que foram utilizadas contra os sindicatos cocaleiros que defendiam a produção da folha de coca. A CSUTCB teve grande visibilidade a partir destes conflitos, entre os sindicatos cocaleiros e exército.

A luta em defesa da folha de coca foi direcionada politicamente para uma luta indígena contra o "Estado colonial". A solidariedade de indígenas em outras regiões para

além do departamento de Cochabamba confirma a ampliação dos conflitos, que passam de uma luta corporativa a uma luta indígena nacional. O envolvimento em outros conflitos como foi na cidade de Cochabamba contra a privatização do serviço de abastecimento de água (a chamada Guerra da Água), em que estiveram presentes os sindicatos cocaleiros ligados à CSUTCB, foi extremamente importante para a crescente influência do sindicalismo camponês-indígena na política nacional. A presença deste movimento nos principais conflitos entre 2000-2005 destaca a liderança de Evo Morales que seria candidato à presidência em 2002, chegando ao segundo lugar na disputa eleitoral e inaugurando o "segundo nascimento" do MAS devido às chances reais de chegada ao poder (DO ALTO e STEFANONI, 2010).

Apesar das divergências políticas entre CSUTCB e CONAMAQ, estes estabeleceram uma aliança, em 2004, com o *Pacto de Unidad* em torno do apoio político à eleição de Evo Morales. O programa do MAS aglutinou o movimento camponês-indígena e o movimento indígena de ayllus contra os governos neoliberais de Sanchez de Lozada e Carlos Mesa (2003-2005). Paradoxalmente, afirma Do Alto (2011), um partido camponês hegemoniza a política num país de maioria urbana, como é o caso da Bolívia contemporânea.

O partido camponês no poder e o resultado da política nacionalista indigenista

O uso político que a CSUTCB e Evo Morales fizeram da folha de coca teve como apelo ideológico a soberania nacional – contraposta ao intervencionismo norte-americano – e o ascendente orgulho indígena – uma vez que a folha de coca foi habilidosamente transformada num símbolo indígena contraposto ao imperialismo (DO ALTO, 2011). Este nacionalismo indígena do MAS, ao contrario do discurso indianista radical de Felipe Quispe (MIP - Movimento Indígena Pachakuti), foi se tornando cada vez mais amplo. Do Alto e Stefanoni (2010) explicam a ampliação da representatividade e a mudança da estratégia eleitoral do partido de Evo Morales em 2002, após se deparar com possibilidade real de vitória. Nos anos seguintes o partido se aproximaria de setores urbanos, especialmente uma parte progressista da classe média e intelectuais. As razões para tal aproximação seriam duas, segundo os autores: primeiro porque a eleição de parlamentares permitia que nomeassem diversos técnicos para ocupar cargos no Estado; segundo, porque uma vez que a maioria da população está nas cidades, era preciso ter uma base eleitoral cidadina.

A hegemonia do MAS não esteve clara até as eleições de 2002, uma vez que o segundo lugar de Evo Morales na disputa eleitoral impressiona o próprio partido que não estava preparado para preencher os cargos técnicos referentes aos parlamentares eleitos. O MAS era nestes anos um setor moderado entre os movimentos sociais mobilizados (DO ALTO, 2011). Apesar disso, o conjunto de movimentos apoiou a candidatura de Evo Morales, em 2005, com a esperança de que se realizariam as demandas da chamada Agenda de Outubro: nacionalização e processamento em território nacional dos recursos naturais (principalmente hidrocarboníferos), punição dos “crimes de outubro” e realização de uma Assembleia Constituinte.

Com exceção da constituinte, estas demandas não foram realizadas pelo governo de Evo Morales durante os seus 7 anos de governo. A nacionalização que o governo afirma ter feito é, na verdade, uma renegociação do contratos de exploração do petróleo por transnacionais. Apesar das empresas transnacionais do petróleo terem mantido seus interesses no país, os recursos provenientes da “nacionalização branca” (Duran Gil, 2009) financiam os programas sociais implementados pelo governo. A propriedade privada foi respeitada e os interesses do agronegócio sediados no Brasil estão se expandindo no oriente do país, uma vez que os latifúndios nesta região não sofreram alterações profundas. O governo Morales estaria ainda favorecendo uma diferenciação do campesinato, através do enriquecimento de uma camada em detrimento da maioria dos camponeses. Essas são as razões que levam Weber (2012) a definir a tese de que o governo representa um “neoliberalismo reconstituído”.

É certo que o MAS teve apoio das principais organizações e movimentos sociais durante o primeiro mandato de Evo Morales. Uma explicação provisória para tal pode ser o fato de, entre 2006 e 2009, o principal desafio do governo ter sido a reação da direita às propostas da nova constituinte, buscando enfraquecer o processo de mudança. Neste segundo mandato, que iniciou em 2010, o governo já enfrentou resistência por parte de sua própria base, por exemplo as revoltas do *Gasolinazo*, no final do mesmo ano, as greves de trabalhadores entre 2010 e 2012 e as manifestações indígenas do oriente em inícios de 2011. Estas últimas que levam ao fim do *Pacto de Unidad* e a ruptura dos movimentos CONAMAQ e CIDOB com a base do governo. Contudo, isso não é sinal de um esvaziamento de sua base aliada, pois a CSUTCB permanece defendendo o partido de Evo Morales e acusa os dissidentes de traição.

O momento que melhor representa a ruptura entre CSUTCB e CONAMAQ é precisamente quando a marcha indígena em defesa do TIPNIS foi brutalmente reprimida pelo governo. Esta marcha foi dirigida pela CIDOB e exigiu o fim da construção de uma estrada que atravessará o território indígena no oriente. Neste momento, o movimento de ayllus (CONAMAQ) se alia com a CIDOB e ambos passam a denunciar o governo (WEBER, 2012). A insatisfação que se apresentava entre as etnias do oriente se aprofunda e expõe conflitos também nos Andes, quando comunidades se manifestam contra uma transnacional mineira com sede no Canadá. Neste conflito, o CONAMAQ denuncia os impactos ambientais e sociais que a mineração a céu aberto provoca no ayllu de Mallku Kotha e nos ayllus vizinhos. As demandas não encontraram eco no governo até que os conflitos se intensificaram, levando os indígenas a sequestrar engenheiros da empresa South American Silver (SAS).

Segundo Jeffery Weber, a popularidade do governo cai pela metade, passando de 70% em janeiro de 2010 para 35% no ano seguinte. Este desgaste teria coincido com o *Gasolinazo* e o fim do *Pacto de Unidad*, que contava com 10 organizações do campo e da cidade, no qual permanecem apenas 3 depois do massacre de Chaparina, durante a marcha em defesa do TIPNIS. Desde 2006, ao invés de incentivar a mobilização dos movimentos sociais que apoiaram seu partido na eleição, aproveitando o enfraquecimento da direita, Evo limitou a participação destes e permitiu uma reorganização dos setores conservadores (WEBER, citando Hylton). A mobilização de grupos conservadores do oriente boliviano, em 2007, parece ter dado aos movimentos do *Pacto de Unidad* razões para manter a aliança, que se rompe apenas no segundo mandato do governo.

Conclusão

Se considerarmos, como afirma Tarrow (1994), que os movimentos sociais declinam quando a *estrutura de oportunidades políticas* - que favoreceu seu aparecimento - se fecha, podemos entender que o fim dos conflitos entre movimentos e Estado é um dos resultados do governo Evo. O declínio da participação, segundo Tarrow, pode ocorrer por conta da repressão da mesma pelo Estado ou da realização de reformas que contemplem parte da base – dividindo interesses, sendo muitas vezes uma combinação destas duas coisas. No caso da Bolívia, podemos entender que o governo Morales representou de fato uma possibilidade de mudança para os movimentos sociais camponeses e indígenas, bem como para os trabalhadores urbanos. A realização de uma Assembleia Constituinte e

criação de programas sociais com o aumento dos impostos sobre extração do gás foram suficientes para desmobilizar os movimentos sociais que se protagonizaram as lutas de 2000 a 2005. Somado às reformas citadas, a organização da direita no primeiro mandato de Morales ofereceu razões suficiente para a manutenção das alianças.

A hegemonia política conquistada pelo MAS no início dos anos 2000 lembra a experiência da Revolução de 1952 do MNR não apenas em termos de estabilidade, como em termos de projeto político (DO ALTO, 2011; STEFANONI, 2010). Paralelamente ao projeto "nacionalista-revolucionário" do MNR, o MAS evoca um nacionalismo-indigenista, uma espécie de projeto nacional-desenvolvimentista (GIL, 2009) que aproxima muito estes dois momentos da história boliviana. A promessa do governo Morales era, segundo o vice-presidente e intelectual Álvaro García Linera, o desenvolvimento de um "capitalismo andino-amazônico" que possibilitasse a formação de um proletariado boliviano forte e desse autonomia às comunidades (WEBER, 2012). A perspectiva de Linera é que apenas em 20 ou 30 anos se possa implantar o socialismo no país. Esta postura é muito semelhante ao "etapismo" predominante nas leituras de esquerda dos anos 50, não apenas na Bolívia como em toda América Latina.

Ocorre que a CSUTCB parece estar sendo dirigida por interesses de uma camada rica de cocaleiros que cresce no governo Morales, enquanto outros setores expõem as contradições no campo, como a posição do CONAMAQ parece indicar. Não existe espaço para o desenvolvimento das comunidades indígenas. Estas estão sendo atacadas pelos interesses de multinacionais, como é o caso de Mallku Kotha, ou dos próprios camponeses medio-proprietários, como é o caso do TIPNIS. Segundo Weber (2012), os cocaleiros da região do Chapare tem interesse em expandir suas terras no território indígena, o que seria impossível de ser feito com o latifúndio industrial de acordo com a política agrária do governo.

Segundo documento da CIDOB, a estrada que atravessará o TIPNIS é parte de um projeto regional de integração sul-americano chamado IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-americana), envolvendo interesses comerciais sediados no Brasil, principalmente. Para Saavedra (2011), além de beneficiar o agronegócio e grandes empresas brasileiras, favorece a expansão de uma camada rica de produtores de coca e barões da madeira. Os produtores de coca que se faz referência estão entre os chamados "colonizadores" ou "interculturales", setor não pertencente ao TIPNIS que avança com produção de coca pelo parque adentro, criando conflito entre indígenas e cocaleiros:

Los argumentos utilizados por el Gobierno para justificar la construcción de la carretera a través del TIPNIS, como el hecho de que ya habría sido “penetrado” por madereros (por lo que ya no cumpliría la función de su creación), así como declaraciones de dirigentes campesinos oficialistas [CSUTCB] en sentido que los territorios indígenas serían nada menos que nuevos latifundios, son el anuncio de que la próxima distribución de tierras de la “revolución agraria” correspondiente a la “quinta fase del proceso de cambio” será tan creativa, que se hará a costa de los territorios comunitarios de origen y los parques nacionales, precisamente para no afectar la gran propiedad capitalista o terrateniente. (SAAVEDRA, H. Nota de Prensa. “Marcha Indígena por el TIPNIS: ¿tension creativa o contradicción de clase? CEDLA. La Paz, 6 de septiembre de 2011. O destaque é meu.)

Analisando o caso da implosão do *Pacto de Unidad* vemos que as contradições entre as classes ou frações de classe no campo levou a uma ruptura entre os movimentos sociais rurais nos Andes, coincidentemente ou não, entre defensores de uma reconstrução da estrutura social indígena e o movimento “camponês-indígena”. A associação entre o camponês e o indígena na Bolívia, presente desde a reforma agrária de 1953 parece entrar em crise, uma vez que a CSUTCB, principal herdeira desta tradição, se diferencia cada vez mais das lutas indígenas, como citamos nos exemplos acima. O que ocorre paralelamente ao movimento de trabalhadores urbanos e operários. Em maio de 2013, a CSUTCB organizou bloqueio de estradas contra as greves de trabalhadores da COB. A aliança entre trabalhadores e camponeses-indígenas que marcou o nascimento deste movimento não tem qualquer significado na atual conjuntura.

Ao conquistarem um governo “dos movimentos sociais”, estes perdem força e se desmobilizam. Este diagnóstico reafirma as postulações teóricas de Tarrow (1994). Se os movimentos estão no poder quem dita sua agenda é o governo, como sugere Zuazo (2010): este parece ser o caso da CSUTCB. “De la protesta a la propuesta”. No caso do CONAMAQ, vemos um afastamento do governo que não aponta exatamente para um projeto político. Podemos afirmar somente que as comunidades indígenas não estão em harmonia com os interesses de camponeses ricos ou do agronegócio. O CONAMAQ não aponta para um posicionamento claro quanto ao segundo, deixando algumas dúvidas em aberto.

A formação do campesinato neste país é determinante destes conflitos, não apenas pela razão óbvia do MAS ser um partido camponês, mas também pelo fato de todo acúmulo histórico das lutas indígenas das décadas de 90 e primeira metade dos anos 2000 ter sido canalizado por um projeto político voltado para a conciliação dos interesses de classe. A dissociação do camponês do indígena neste contexto parece de grande importância, mesmo que as identidades apresentem uma forma híbrida e contraditória. A fusão destas categorias parece ocultar sub divisões de classe e os interesses em disputa nos atuais conflitos entre os movimentos CSUTCB e CONAMAQ.

Por ora, a tensão no campo têm se concentrado principalmente no caso do TIPNIS, que já dura quase 2 anos. Outra questão que emerge neste contexto é se a identidade indígena poderá ressurgir novamente como força política autônoma, articulada com setores do campesinato pobre, proletários do campo e da cidade.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Rachel Gutiérrez. *Los ritmos del Pachakuti*. La Paz: Textos Rebeldes e Ediciones Yachaywasi, 2008.

CIDOB. Documento: "Bolívia Plurinacional". Año 3, Num. 4. Santa cruz de la Sierra: marzo de 2012.

CONAMAQ. Documento. "Plan Estratégico del CONAMAQ(2008-2013)". La Paz: marzo, 2008.

DO ALTO, Hervé. "Cuando el nacionalismo se pone el poncho". In: *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Maristella Svampa y Pablo Stefanoni (orgs.). Buenos Aires: El Colectivo, CLACSO, 2007.

_____. "Un partido campesino en el poder". *Revista Nueva Sociedad*, nº 234, julio-agosto de 2011. Disponível em <<http://www.pensamientocritico.org/herdoa0112.pdf>>, acessado em 13/05/2013.

DO ALTO, Hervé e STEFANONI, Pablo. "El MAS: las ambivalencias de la democracia corporativa". *Segundo colóquio PNUD*. La Paz, 2010. Disponível em <<http://www.mainumby.org.bo/wp-content/uploads/2010/11/DoAltoStefanoni2010-MAS-PartidoHeterogeneo.pdf>> acessado em 13/05/2013.

GIL, Aldo Duran. "Análise marxista do processo boliviano pós-2005". *VI Colóquio Marx e Engels*, Unicamp, 2009. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf>, acessado em 13/05/2013.

IAMAMOTO, Sue A. S. "Revolutas do início do século XXI na Bolívia". *IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, GEPAL. Londrina, 2010. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/8_sueiamamoto.pdf> acessado em 13/05/2013.

MARX, Karl. *Dilemas do Socialismo. A controversia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rubem César Fernandes (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas* (Introdução e organização de Erick Hobsbawm). Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

PERICÁS, Luiz Bernardo. "Processo e desenvolvimento da revolução boliviana". *Revista Lutas Sociais*. Num. 3. Editora UNESP, 1997.

SAAVEDRA, H. Nota de Prensa. "Marcha Indígena por el TIPNIS: ¿tension creativa o contradicción de clase?" CEDLA. La Paz, 6 de septiembre de 2011.

STEFANONI, Pablo. "Bolivia después de las elecciones: ¿adonde va el *evismo*?" *Revista Nueva Sociedad*. Num. 225, enero-febrero, 2010. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3669_1.pdf>, acessado em 13/05/2013.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge and New York: Cambridge University Press: 1994.

WEBER, Jeffery. "Revolution against 'progress': the TIPNIS struggle and class contradictions in Bolivia". 2012. Acessado em 16 de agosto de 2012: <<http://www.isj.org.uk/?id=780>>

ZUAZO, Moira. "Los movimientos sociales em el poder?". *Revista Nueva Sociedad*, n. 227 (mayo-junio), 2010. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3700_1.pdf>, acessado em 13/05/2013.